

## Eunício quer aprovar Orçamento de 2019 neste ano

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Os parlamentares que não conseguiram a reeleição, entre eles o presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira (MDB-CE), iniciaram um movimento para garantir a aprovação do Orçamento da União de 2019 ainda neste ano. Ontem, Eunício aceitou adiar o prazo para apresentação de emendas à proposta orçamentária, mas não aceitou alterar a data final para a votação do Orçamento, prevista para o dia 14 de dezembro.

A preocupação é que se a peça orçamentária só for votada no próximo ano, os parlamentares que não foram reeleitos não conseguirão incluir as suas emendas no texto, com verbas para os seus municípios e redutos eleitorais. Dos 444 deputados que tentaram a reeleição, 193 não conseguiram um novo mandato, de acordo com cálculo da secretaria-geral da mesa da Casa. Dos 33 senadores que tentaram a reeleição, apenas 8 foram reconduzidos.

Ontem, em reunião com líderes partidários, com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mário Negromonte Júnior

(PP-BA) e com o relator da proposta orçamentária de 2019, senador Waldemir Moka (MDB-MS), o presidente do Congresso aceitou adiar o prazo para apresentação de emendas do dia 20 deste mês para o dia 1º de novembro.

A decisão de Eunício não agradou a todos da Comissão de Orçamento, pois a proposta era adiar o prazo para 8 de novembro. O argumento principal para um prazo mais dilatado é que, por causa das eleições, as bancadas estaduais e setoriais sequer tiveram tempo para se reunir e menos de 30% dos parlamentares apresentaram emendas.

Em entrevista ontem, o presidente do Congresso disse que acha correto ampliar o prazo para apresentação de emendas, mas advertiu que os novos deputados e os novos senadores que foram eleitos só terão atividades legislativas a partir de fevereiro do ano que vem. "Até fevereiro, é esse Congresso que vai deliberar e funcionar como eleito, como efetivo", disse.

O próprio relator da proposta orçamentária de 2019 não foi reeleito. Na verdade, dos 11 senadores que são titulares da Comissão de Orçamento, apenas

três estarão no Senado no próximo ano. O número poderá subir para quatro se a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) perder a eleição para o governo do Rio Grande do Norte. Ela ainda tem quatro anos de mandato.

Se o Orçamento de 2019 for aprovado ainda neste ano, os parlamentares que não conseguiram a reeleição poderão fazer emendas e destinar recursos para suas bases eleitorais. Como são impositivas, as emendas terão que ser executadas, mesmo que eles não estejam mais no exercício dos mandatos. Mas, para que isso ocorra, as emendas apresentadas não poderão sofrer qualquer impedimento técnico por parte do Executivo, pois aqueles que não foram reeleitos não poderão mais alterar as dotações orçamentárias.

O problema é que os novos deputados e senadores, eleitos no dia 7 de outubro passado, querem também apresentar emendas ao Orçamento do primeiro ano de seus mandatos. Este conflito ocorre em toda mudança de legislatura. Nas vezes anteriores, ele foi resolvido com a inclusão na proposta orçamentária, por emenda do relator geral, de um montante de recursos, que posteriormente é dividido entre os novos eleitos.

## Orçamento para habitação deve ser "imexível", defende economista

Por Chiara Quintão | De São Paulo

O economista Ricardo Carneiro, membro da equipe econômica de Fernando Haddad (PT), afirmou ontem que o plano de governo do candidato petista à Presidência propõe orçamento plurianual para habitação que não seja contingenciável e que não seja submetido ao teto dos gastos.

"O orçamento para habitação tem de ser 'imexível'", disse Carneiro, referindo-se ao termo cunhado pelo ex-ministro Antônio Rogério Magri. O membro da equipe de Haddad ressaltou que habitação é "questão decisiva" no plano petista. "Habitação cria emprego e aumenta a produtividade geral do sistema", disse Carneiro, em evento do setor em São Paulo.

Ele afirmou ainda que, se o candidato petista for eleito, o teto de gastos será discutido em 2019.

Há intenção de ter patamar médio de 500 mil habitações do Minha Casa, Minha Vida por ano, com destaque para as faixas 1 (famílias que recebem até R\$ 1,8 mil por mês) e 1,5 (famílias que ganham até R\$ 2,6 mil mensais). Segundo Carneiro, a necessidade de subsídios ao programa é de R\$ 10,2 bilhões.

O representante da equipe econômica de Haddad citou que a taxa de juros do Brasil é um problema "sério" que precisa ser resolvido para equacionar as questões de habitação e infraestrutura. "A taxa de juros é alta e volátil. Estivemos no governo, e essa questão não se resolveu. Estou fazendo uma autocrítica aqui", afirmou.

Segundo ele, enquanto as taxa de juros não forem baixas e estáveis, parte a oferta de serviços de habitação que iria para o mercado vai "para a conta do governo, de subsídios especiais".

Carneiro acrescentou que é preciso que o governo seja mais seletivo em relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ao FGTS.

O economista disse que há intenção de elevar a fatia de investimentos públicos (Orçamento Geral da União e bancos públicos), de estatais e de concessões no Brasil, em todos os setores, da fatia atual de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 6% do PIB ao fim do governo se o candidato do PT for eleito. Segundo ele, se considerados também os investimentos privados, a participação dos aportes no PIB chega a 15%.

Para financiar aportes privados, incluindo concessões, será criado um fundo de investimento em infraestrutura que comprará debêntures das empresas ligadas aos projetos, no valor de US\$ 30 bilhões, com recursos dos excedentes de reservas a serem destinados ao longo de 30 meses.